

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
CERTIDÃO DE ENCERRAMENTO**

Eu, RAIMUNDO NONATO DE SOUZA, servidor do quadro efetivo da Câmara Municipal de Areia Branca-RN, CERTIFICO que terminou, às 13:00 horas desta quarta-feira, dia 21 de dezembro de 2016, o prazo para o registro de chapa para eleição da Mesa Diretora desta Casa Legislativa para o biênio: 2017/2018, que será realizada no dia 01 de janeiro do ano de 2017, às 16:00h, no Plenário Euclides Leite Reboças.

Certifico, ainda, que houve a inscrição das seguintes chapas:

CHAPA 01

RUIDENBERG FERREIRA SOUTO FILHO – Presidente;

ALDO DE OLIVEIRA DANTAS – Vice-Presidente;

SAMUEL LÁZARO LUZ LEMOS – 1º Secretário;

WAGNER TAVERNARD DO VALE SOUZA – 2º Secretário

CHAPA 02

RENAN DE LIMA SOUZA – Presidente;

DANIELLE REBECA DA SILVA MELO – Vice Presidente;

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA NETO – 1º Secretário; e

DUARTE OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR – 2º Secretário

Areia Branca/RN, 21 de Dezembro de 2016

RAIMUNDO NONATO DE SOUZA

Departamento Legislativo da CMAB

Publicado por:
JUARY TELKIANO DE SOUZA
Código Identificador: 74893429

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO**

**CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO Nº
010712/2016**

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.

CONTRATADO: PL GURGEL DA SILVA ME

CNPJ Nº 22.016.085/0001-39

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a Câmara Municipal.

Valor: R\$ 520,50 (Quinhentos e vinte reais e cinquenta centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, com as justificativas apensas ao processo de dispensa.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 3.3.90.30 – Material de consumo.

RECURSOS FINANCEIROS: Duodécimo.

Data: 21 de dezembro de 2016.

Assinatura: Joelma Vilma de Andrade / Presidente da Câmara.

Publicado por:
ÍTALO RODRIGO DE ANDRADE PIRES
Código Identificador: 6E0A79DB

**CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO Nº
020712/2016**

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.

CONTRATADO: PL GURGEL DA SILVA ME

CNPJ Nº 22.016.085/0001-39

OBJETO: Aquisição de material de limpeza para a Câmara Municipal.

Valor: R\$ 311,00 (Trezentos e onze reais).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, com as justificativas apensas ao processo de dispensa.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 3.3.90.30 – Material de consumo.

RECURSOS FINANCEIROS: Duodécimo.

Data: 21 de dezembro de 2016.

Assinatura: Joelma Vilma de Andrade / Presidente da Câmara.

Publicado por:
ÍTALO RODRIGO DE ANDRADE PIRES
Código Identificador: 3CEF586A

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
LEI Nº 418/2016**

Adota o Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, instituído e administrado pela FECAMRN, como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos da Câmara Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 95 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores foi aprovado o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - O Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, instituído e administrado pela Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte – FECAMRN é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos da Câmara Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º - A edição do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte será realizada em meio eletrônico e atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sendo certificadas pela empresa CACTUS Tecnologia da Informação Ltda.

Art. 3º - A edição eletrônica do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte será disponibilizada na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.fecamrn.com.br/diariomunicipal, podendo ser consultado sem custos e independentemente de cadastramento.

Parágrafo 1º – O Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte manterá sistema de segurança da informação, com a utilização de chaves de criptografia, para fins de viabilizar futuras comparações de publicações, com manutenção de sistema de backup.

Parágrafo 2º – Será garantido o livre acesso às publicações a qualquer usuário.

Art. 4º - As publicações no Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte substituirão quaisquer outras formas de publicação utilizada pela Câmara Municipal, exceto quando a legislação federal ou estadual exigir outro meio de publicidade e divulgação dos atos administrativos.

Art. 5º - Os direitos autorais dos atos municipais publicados no Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte são reservados à Câmara Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Parágrafo único – A Câmara Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN poderá disponibilizar cópia da versão impressa do Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, mediante solicitação e o pagamento do valor correspondente à sua reprodução.

Art. 6º - A responsabilidade pelo conteúdo da publicação é do órgão que o produziu.

Art. 7º - A Câmara Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN fica autorizada a contribuir para a FECAMRN, de acordo com o valor fixado pela Assembleia Geral da entidade.

Art. 8º - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Caiçara do Rio do Vento – RN, 16 de dezembro de 2016.

JOELMA VILMA DE ANDRADE

Presidente da Câmara Municipal

de Caiçara do Rio do Vento.

Publicado por:
ÍTALO RODRIGO DE ANDRADE PIRES
Código Identificador: 4EE0D342

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL**

**GABINETE DO PRESIDENTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2016 - POSSE DOS
VEREADORES E VEREADORAS, ELEIÇÃO DA MESA
DIRETORA BIÊNIO 2017/2018**

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO 2017/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL

EZEQUIEL, Estado do Rio Grande do Norte-RN, Senhor Vereador ADAILSON CAMARÃO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, em especial sob a égide do que dispõe o Art.3º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Coronel Ezequiel/RN e, em conformidade com a LOM Art. 21 (Lei Orgânica do Município de Coronel Ezequiel/RN), que disciplina a realização DAS ELEIÇÕES DA MESA DIRETORA, no tocante ao primeiro biênio de cada legislatura RESOLVE:

CONVOCAR por este EDITAL, todos os VEREADORES e VEREADORAS eleitos nas últimas eleições do Município de Coronel Ezequiel-RN, PARA COMPARECEREM A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA QUE SERÁ REALIZADA A PARTIR DAS 00h05min DO DIA 01 DE JANEIRO DE 2017, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL-RN, PALÁCIO GERALDO CÂNDIDO DA SILVA, E TERÁ A SEGUITE ORDEM DO DIA:

1. Sessão Solene de posse dos novos VEREADORES e VEREADORAS eleitos do Município de Coronel Ezequiel/RN para Legislatura 2017 a 2020;

2. Eleições, por votação secreta, da MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL/RN para o primeiro Biênio 2017/2018;

2.1 A votação far-se-á através de chamada nominal para conferir se estão presentes a maioria absoluta, presidida pelo vereador mais idoso, realizada por escrutínio secreto, por cédulas impressas e rubricadas pelo presidente da Sessão Extraordinária, contendo os nomes dos candidatos e os respectivos cargos;

2.2 A apuração será feita pelo Secretário (a), sob a supervisão do Presidente, sendo que logo após a apuração será declarada a chapa vencedora e eleita, considerando-se automaticamente empossados os eleitos, sendo que seus efeitos e exercício sedarão a partir de 1º de Janeiro de 2017;

3. Elaboração e aprovação da ata da respectiva Sessão Extraordinária;

4. As chapas deverão ser registradas junto a secretário (a) da câmara municipal, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário marcado, com indicação de todos os cargos da mesa, sob pena de indeferimento;

5. Deverão ser tomadas todas as providências administrativas pela administração da Câmara Municipal de Coronel Ezequiel – RN, para o fiel cumprimento da presente convocação.

Coronel Ezequiel/RN, 21 de Dezembro de 2016.

Atenciosamente;

Adailson Camarão de Oliveira

Presidente

Publicado por:
JOSÉ IRANILDO MACEDO DA ROCHA
Código Identificador: 4E40A80F

**GABINETE DO PRESIDENTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016 - POSSE PREFEITO
E VICE-PREFEITA**

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA REALIZAÇÃO DA POSSE PREFEITO E VICE-PREFEITA PARA LEGISLATURA 2017 A 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL, Estado do Rio Grande do Norte-RN, Senhor Vereador ADAILSON CAMARÃO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, em especial sob a égide do que dispõe o Art.3º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Coronel Ezequiel – RN e, em conformidade com a LOM Art. 21 (Lei Orgânica do Município de Coronel Ezequiel – RN), RESOLVE:

CONVOCAR por este EDITAL, todos os VEREADORES e VEREADORAS com assentamento na CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL-RN, para Legislatura de 2017 a 2020, PARA COMPARECEMREM A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA QUE SERÁ REALIZADA A PARTIR DAS 17h00min DO DIA 01 DE JANEIRO DE 2017, NA ESCOLA MANOEL CASSIMIRO GOMES, QUE TERÁ A SEGUITE ORDEM DO DIA:

1. Sessão Solene de posse do (a):

1.1 Prefeito: Cláudio Marques de Macedo;

1.2 Vice-Prefeita: Irma Dias da Costa.

Sala das Sessões do Palácio Geraldo Candido da Silva, 21 de Dezembro de 2016.

Atenciosamente;

Adailson Camarão de Oliveira

Presidente

Publicado por:
JOSÉ IRANILDO MACEDO DA ROCHA
Código Identificador: 42273BCA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO Nº 1612/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Currais Novos/RN – CNPJ nº 08.470.502/0001-98. CONTRATADA: Rede Unilar Ltda – CNPJ nº 70.041.397/0005-79. OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Fonte: 100 – Recursos Ordinários, Atividade: 1002 – Reequipamento da Câmara Municipal – Elemento de Despesa – 449052 – Equipamento e Material Permanente. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações. MODALIDADE: Convite nº 009/2016. VIGÊNCIA: A vigência do Contrato tem início no dia 19 de dezembro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016, pelo valor total de R\$ 9.842,00 (Nove mil oitocentos e quarenta e dois reais) ganhadora dos Itens: 2, 9, 13, 15 e 18. SIGNATÁRIOS: Josefa Maria da Silva Moura – Pela Contratante e Helder Medeiros de Araújo – Pela Contratada – Currais Novos/RN., 22 de dezembro de 2016.

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 5DFA001D

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO Nº 1612/2016**

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Currais Novos/RN – CNPJ nº 08.470.502/0001-98. CONTRATADA: KLD Comércio e Serviços de Informática Ltda – CNPJ nº 14.899.317/0001-16. OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Fonte: 100 – Recursos Ordinários, Atividade: 1002 – Reequipamento da Câmara Municipal – Elemento de Despesa – 449052 – Equipamento e Material Permanente. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações. MODALIDADE: Convite nº 009/2016. VIGÊNCIA: A vigência do Contrato tem início no dia 19 de dezembro de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016, pelo valor de R\$ 31.025,00 (Trinta e um mil e vinte e cinco reais), ganhadora dos seguintes Itens: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 19. SIGNATÁRIOS: Josefa Maria da Silva Moura – Pela Contratante e Francisco das Chagas Pereira – Pela Contratada – Currais Novos/RN., 22 de dezembro de 2016.

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 519648B8

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO Nº 1612/2016**

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Currais Novos/RN – CNPJ nº 08.470.502/0001-98. CONTRATADA: J Dantas de Medeiros ME – CNPJ nº 08.454.118/0001-00. OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Fonte: 100 – Recursos Ordinários, Atividade: 1002 – Reequipamento da Câmara Municipal – Elemento de Despesa – 449052 – Equipamento e Material Permanente. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações. MODALIDADE: Convite nº 009/2016. VIGÊNCIA: A vigência do Contrato tem início no dia 19 de dezembro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2016, pelo valor total de R\$ 19.093,00 (Dezenove mil e noventa e três reais), ganhadora dos seguintes Itens 11, 12, 14, 16, 17 e 20. SIGNATÁRIOS: Josefa Maria da Silva Moura – Pela Contratante e José Dantas de Medeiros – Pela Contratada – Currais Novos/RN., 22 de dezembro de 2016.

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 5C696434

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 105/2016**

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MOLAS HIDRAULICAS PARA CHAO PARA SEREM INSTALADAS NAS POSTAS DE VIDRO DA RECEPÇÃO DO ACESSO ADMINISTRATIVO E ACESSO AOS GABINETES DA CAMARA MUNICIPAL

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as

necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando com consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social

Valor

J P LINHARES DE CARVALHO - ME

R\$ 940,00

Total Geral R\$ 940,00

Currais Novos-RN, segunda-feira, 12 de dezembro de 2016.

MARILUCE MOREIRA B. DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

Página 1

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 58392FAF

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 106/2016**

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para REFERENTE A CONTRATAÇÃO ODE EMPRESA PARA REFORMA E TROCA DE POSSIVEIS TROCAS DE PECAS DAS CADEIRAS PRESIDENTE PERTENCENTES A SALA DE REUNIAO DA CAMARA MUNICIPAL TENDO EM VISTA QUE AS MESMAS ESTAO COM ALGUMAS PECAS DEFORMADAS E PRECISAM SER TROCADAS

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando com consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social

Valor

J DANTAS DE MEDEIROS - ME

R\$ 2.557,00

Total Geral R\$ 2.557,00

Currais Novos-RN, sexta-feira, 16 de dezembro de 2016.

MARILUCE MOREIRA B. DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

Página 1

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 48E8116E

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 107/2016**

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para REFERENTE A CONFECÇÃO DE CAPAS PARA OS GELAGUAS PERTENCENTES A CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS TENDO EM VISTA QUE PRECISAM SER SUBSTITUIDOS.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando com consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social

Valor

JOSINEIDE EVANIA SILVA MATOS

R\$ 148,00

Total Geral R\$ 148,00

Currais Novos-RN, sexta-feira, 16 de dezembro de 2016.

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 727F79EF

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 108/2016**

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo

administrativo para REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM INFORMÁTICA PARA A FORMATAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES E MANUTENÇÃO DE IMPRESSORA PERTENCENTE AOS GABINETES DOS VEREADORES DA CAMARA MUNICIPAL

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando com consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social

Valor

KLD COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

R\$ 600,00

Total Geral R\$ 600,00

Currais Novos-RN, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016.

MARILUCE MOREIRA B. DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

Página 1

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 6B2D1C0F

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 109/2016**

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para REFERENTE A AQUISIÇÃO DE HD INTERNO DE 500GB TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DA TROCA EM UM DOS COMPUTADORES DA CAMARA MUNICIPAL

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde

que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando com consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social

Valor

KLD COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

R\$ 291,00

Total Geral R\$ 291,00

Currais Novos-RN, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016.

MARILUCE MOREIRA B. DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

Página 1

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 74D1F862

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 110/2016**

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para REFERENTE A AQUISIÇÃO DE BOTIJAQ DE GAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COPA DA CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando com consideração a melhor proposta

ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social

Valor

CURRAIS NOVOS COMERCIAL DE GAS LTDA EPP

R\$ 110,00

Total Geral R\$ 110,00

Currais Novos-RN, terça-feira, 20 de dezembro de 2016.

MARILUCE MOREIRA B. DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

Página 1

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 48BF2C89

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 111/2016**

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para REFERENTE A CONFECÇÃO DE QUADROS DA MESA DIRETORIA DOS BIENIOS 2013 2014 E 2015 2016, PRESIDENCIA E QUADRO EM HOMENAGEM A SR IRAPUAN GOMES PARA SER COLOCADO NO PATIO DA RECEPCAO DA CAMARA MUNICIPAL

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando com consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social

Valor

DJANILSON BARBOSA FERNANDES ME

R\$ 1.300,00

Total Geral R\$ 1.300,00

Currais Novos-RN, segunda-feira, 12 de dezembro de 2016.

MARILUCE MOREIRA B. DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

Página 1

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 5352AB25

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA: 112/2016**

A Comissão de Licitação do Município de Currais Novos/RN, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, consoante autorização do(a) Sr(a). JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA, PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COFECAO DE FAIXAS INFORMATIVAS E APLICACAO DE PELICULAS NAS PORTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de Currais Novos, atendendo à demanda da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha das(s) propostas(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa, levando em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Razão Social

Valor

DJANILSON BARBOSA FERNANDES ME

R\$ 2.100,00

Total Geral R\$ 2.100,00

Currais Novos-RN, segunda-feira, 12 de dezembro de 2016.

MARILUCE MOREIRA B. DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

Página 1

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 54AB755C

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO –
050/2016**

O Presidente da Câmara Municipal de MACAU/RN, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que estabelece o Estatuto de Licitações e Contratos Públicos,

R E S O L V E:

Fundamentado no art. 24, inciso II, da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93), RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, para prestação dos serviços de substituições de 03 (três)

quadros de energia, troca de disjuntores, troca de luminárias e recuperação e substituições de fiação da entrada nas instalações elétrica da Câmara Municipal de Macau/RN.

Contratado: J N BERTO DA SILVA - ME – CNPJ: 09.366.083/0001-01

Valor Global: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU

339039000000 - 0016 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Dê-se ciência e cumpra-se.

MACAU/RN, 19 de dezembro de 2016.

EMANUEL DA SILVA GALDINO

Presidente

Publicado por:
CORNÉLIO MARTINS DA SILVA NETO
Código Identificador: 4ABDDA54

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 29/2016 - GP - CMMG**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

Conceder a(o) Senhor(a) JOSÉ JERÔNIMO PINHEIRO DE ASSIS – VEREADOR, a importância de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para custear despesas com ALIMENTAÇÃO E ESTÁDIA, correspondente a 01 (uma) diária(s), para o seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no(s) dia(s) 22, do corrente mês e ano, para tratar de assuntos do interesse do município na FECAM/RN.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA;

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE; e

CUMPRASE.

Monte das Gameleiras/RN, 21 de dezembro de 2016.

José Jerônimo Pinheiro de Assis

Presidente

Publicado por:
JAKSON MACEDO VIEIRA
Código Identificador: 577B0CA6

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE PARELHAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DISPENSA Nº 030/2016**

Objeto: Serviço pintura do prédio da Câmara Municipal de Parelhas.

Processo n. 040/2016. OBJETO: Serviço pintura do prédio da Câmara Municipal de Parelhas.. FAVORECIDO: N FERNANDES DE SOUZA SANTOS - ME, CNPJ: 23.279.233/0001 - 70. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, I, da Lei n.º 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 0101.0103100222.040 Elemento 3.3.90.39; VALOR ESTIMADO: R\$ 700,00 (SETESENTOS REAIS).

Publicado por:
ARTHUR FÁBIO DE LIMA DANTAS
Código Identificador: 4C9AC95B

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2016**

A Comissão de Licitação do Município de SANTO ANTÔNIO, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, consoante autorização do(a) Sr(a). PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA, VEREADORA PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO (AQUISIÇÃO) DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRÔNICO E ACESSÓRIOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal n. 9.648, de 27 de maio de 1998,

que permitem tal procedimento, tendo em vista que o valor da compra não ultrapassa os 10% do limite previsto no inciso II, alínea "a", do art. 23, do diploma legal supracitado.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

I - OMISSIS

II - "Para outros serviços e compras de valor at 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do Artigo anterior, e pra alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de SANTO ANTÔNIO, atendendo à demanda da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica.

Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com MUNDO REFRIGERAÇÃO LTDA ME, no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil, trezentos reais), levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

SANTO ANTÔNIO - RN, 22 de Dezembro de 2016

IVO AGUIAR DA SILVA

Comissão de Licitação

Presidente

Publicado por:
PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA
Código Identificador: 5191D5C7

**GABINETE DA PREDISÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
027/2016.**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) MUNDO REFRIGERAÇÃO LTDA ME, referente à A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO (AQUISIÇÃO) DE EQUIPAMENTOS ELETRO ELETRÔNICO E ACESSÓRIOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA..

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). IVO AGUIAR DA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SANTO ANTÔNIO - RN, 22 de Dezembro de 2016

PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA

VEREADORA PRESIDENTE

Publicado por:
PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA
Código Identificador: 6950C6F8

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2016**

A Comissão de Licitação do Município de SANTO ANTÔNIO, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, consoante autorização do(a) Sr(a). PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA, VEREADORA PRESIDENTE, vem abrir o presente processo administrativo para A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, LIMPEZA COMPLETA E RECARGA DE GÁS NOS AR CONDICIONADOS SPLIT DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA GERAL DA CASA.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal n. 9.648, de 27 de maio de 1998, que permitem tal procedimento, tendo em vista que o valor da compra não ultrapassa os 10% do limite previsto no inciso II, alínea "a", do art. 23, do diploma legal supracitado.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

I - OMISSIS

II - "Para outros serviços e compras de valor at 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do Artigo anterior, e pra alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de SANTO ANTÔNIO, atendendo à

demandada(o) CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica.

Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com MUNDO REFRIGERAÇÃO LTDA ME, no valor de R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais), levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

SANTO ANTÔNIO - RN, 22 de Dezembro de 2016

IVO AGUIAR DA SILVA

Comissão de Licitação

Presidente

Publicado por:
PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA
Código Identificador: 5B74C0D8

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
028/2016.**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) MUNDO REFRIGERAÇÃO LTDA ME, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, LIMPEZA COMPLETA E RECARGA DE GÁS NOS AR CONDICIONADOS SPLIT DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA GERAL DA CASA..

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). IVO AGUIAR DA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SANTO ANTÔNIO - RN, 22 de Dezembro de 2016

PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA

VEREADORA PRESIDENTE

Publicado por:
PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA
Código Identificador: 6BA4EAC4

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 004 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DISPÕE SOBRE MUDANÇA DE CLASSE DE "A", PARA "B" DA SERVIDORA EFETIVA ALEXSANDRA COSTA CARVALHO.

A PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno e o Parágrafo Único do Art. 23 da Resolução nº07/2015 da Câmara Municipal de Santo Antônio/RN.

RESOLVE:

Art.1o – Fica pela presente Portaria, concedido mudança de classe, da Classe A, para a classe B, a Servida Efetiva ALEXSANDRA COSTA CARVALHO, CPF:084.285.374-02, por merecimento de acordo com o Parágrafo Único do Art. 23 da Resolução nº07/2015 da Câmara Municipal de Santo

Antônio/RN.

Art.2o – As despesas decorrentes da presente mudança de classe correrão por conta das dotações orçamentárias deste Poder Legislativo.

Art.3o – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se

e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Santo Antônio/RN, em 01 de dezembro de 2016.

PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA

Vereadora Presidente

Publicado por:
PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA
Código Identificador: 4AA73DFA

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 005 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DISPÕE SOBRE MUDANÇA DE CLASSE DE "A", PARA "B" DA SERVIDORA EFETIVA JULIANA COSTA DA SILVA.

A PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno e o Parágrafo Único do Art. 23 da Resolução nº07/2015 da Câmara Municipal de Santo Antônio/RN.

RESOLVE:

Art.1o – Fica pela presente Portaria, concedido mudança de classe, da Classe A, para a classe B, a Servida Efetiva JULIANA COSTA DA SILVA, CPF:054.795.554-56, por merecimento de acordo com o Parágrafo Único do Art. 23 da Resolução nº07/2015 da Câmara Municipal de Santo Antônio/RN.

Art.2o – As despesas decorrentes da presente mudança de classe correrão por conta das dotações orçamentárias deste Poder Legislativo.

Art.3o – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se

e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Santo Antônio/RN, em 01 de dezembro de 2016.

PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA

Vereadora Presidente

Publicado por:
PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA
Código Identificador: 4F74F09B

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 006 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DISPÕE SOBRE MUDANÇA DE CLASSE DE "A", PARA "B" DO SERVIDOR EFETIVO IVO AGUIAR DA SILVA.

A PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno e o

Parágrafo Único do Art. 23 da Resolução nº07/2015 da Câmara Municipal de Santo Antônio/RN.

RESOLVE:

Art.1o – Fica pela presente Portaria, concedido mudança de classe, da Classe A, para a classe B, ao Servidor Efetivo IVO AGUIAR DA SILVA, CPF:851.952.434-68, por merecimento de acordo com o Parágrafo Único do Art. 23 da Resolução nº07/2015 da Câmara Municipal de Santo Antônio/RN.

Art.2o – As despesas decorrentes da presente mudança de classe correrão por conta das dotações orçamentárias deste Poder Legislativo.

Art.3o – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se

e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Santo Antônio/RN, em 01 de dezembro de 2016.

PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA

Vereadora Presidente

Publicado por:
PRISCILA LARISS MARCOLINO DE LIMA
Código Identificador: 464236D5

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL**

**GABINETE DA PRESIDENCIA
TERMO DE POSSE CARGO EFETIVO**

Ao 03º dia do mês de outubro de dois mil e dezesseis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. PAULA VIVIANE CABRAL CARLOS, concursada, apresentado o respectivo Ato de Nomeação datado de 09 de setembro de 2016, do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Serra do Mel – RN, publicado no Diário Oficial dos municípios – RN, de 09 de setembro de 2016, o qual a nomeia para exercer o cargo efetivo de Agente de Plenário deste Poder Legislativo Municipal.

Tomou POSSE, nos termos da Lei Orgânica do Município, Lei nº 451, de 18/09/2012 (Plano Geral de Cargos, Carreiras e Salários), Concurso Público Municipal 01/2015 deste Poder Legislativo e outros diplomas legais inerentes, prestando compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerente, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou todos os documentos exigidos.

E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo de Posse que vai assinado por quem de direito. Para constar, eu NEUDIVANIA DANTAS LOPES, com exercício na Unidade, lavrei o presente TERMO que foi assinado pela Autoridade competente e pelo empossado.

Serra do Mel – RN, 19 de dezembro de 2016.

VANDRÉ LEITE VERAS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
PAULA VIVIANE CABRAL CARLOS

EMPOSSADO

NEUDIVANIA DANTAS LOPES

ADMINISTRADORA

Publicado por:
NEUDIVANIA DANTAS LOPES
Código Identificador: 70BAB9D8

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EDITAL Nº 01/2016–CÂMARAMUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, com sede na Rua Vivaldo Pereira, 161, Centro, Currais Novos, Rio Grande do Norte, CEP 59380-000, no uso de suas atribuições legais, faz saber que realizará Concurso Público de Provas para provimento de cargos no quadro permanente da Câmara Municipal de Currais Novos/RN, em conformidade com a Lei nº 3.299, de 26 de outubro de 2016, com suas alterações posteriores, com as legislações pertinentes e com as demais regulamentações, conforme estabelecido a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O concurso será regido por este Edital e executado pelo Núcleo Permanente de Concursos (Comperve) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
- 1.2. A seleção para os cargos de que trata este Edital consistirá na realização de provas de conhecimentos básicos e específicos, mediante aplicação de provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, conforme disposto no capítulo 8 deste Edital.
- 1.3. As vagas obedecerão à descrição do quadro abaixo:

NÍVEL	CARGOS	CÓDIGO	NÚMERO TOTAL DE VAGAS	VAGAS P/ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	VAGAS P/ AMPLA CONCORRÊNCIA
FUNDAMENTAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS -ASG	101	3	-	3
MÉDIO	AGENTE DE PORTARIA – AP	201	2	-	2
	CINEGRAFISTA LEGISLATIVO - CL	202	1	-	1
	OPERADOR DE MÍDIA - OM	203	1	-	1
	RECEPCIONISTA LEGISLATIVO - RL	204	2	-	2
	TÉCNICO LEGISLATIVO - TL	205	3	-	3

SUPERIOR	CONTADOR LEGISLATIVO - CL	301	2	-	2
	CONTROLADOR INTERNO - CI	302	1	-	1
	JORNALISTA LEGISLATIVO - JL	303	1	-	1
	PROCURADOR LEGISLATIVO - PL	304	1	-	1
TOTAL			17	-	17

1.4. O Conteúdo Programático será disponibilizado na Internet, no endereço eletrônico da Comperve (www.comperve.ufrn.br), na data de publicação deste Edital.

1.5. Não poderão integrar as bancas elaboradora e examinadora do Processo Seletivo:

- cônjuge, companheiro, ex-companheiro, padrasto, enteado ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau de candidatos inscritos;
- quem tiver participação societária, como administrador ou não, ou exercer a função de magistério, em cursos formais ou informais de preparação de candidatos para ingresso em Concursos Públicos, ou contar com parentes em até terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, nas condições de sócio, de administrador ou de professor, ou ainda quem as exerceu nos 5 (cinco) anos anteriores à data de publicação deste Edital;
- sócio de candidato em atividade profissional, ou quem esteve nessa condição nos 5 (cinco) anos anteriores à data de publicação deste Edital.

2. DOS CARGOS

2.1. CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 50,00 (cinquenta reais)

2.1.1. CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ASG - Código 101	No DE VAGAS: 03
REMUNERAÇÃO: R\$ 880,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.	
CARGA HORÁRIA: 40h	
REQUISITOS: Ensino Fundamental completo	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: executar trabalhos de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e externas da Câmara, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas; efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso; executar atividades de copa; auxiliar na remoção de móveis e equipamentos; separar os materiais recicláveis para descarte (vidraria, papéis, resíduos laboratoriais); reabastecer os banheiros com papel higiênico, toalhas e sabonetes; controlar o estoque e sugerir compras de materiais pertinentes de sua área de atuação; executar outras atividades de apoio operacional ou correlata; desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; executar o descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.	

2.2. CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 70,00 (setenta reais)

2.2.1. CARGO: AGENTE DE PORTARIA - AP - Código 201	No DE VAGAS: 02
REMUNERAÇÃO: R\$ 980,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.	
CARGA HORÁRIA: 40h	
REQUISITOS: Ensino Médio completo	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: fiscalizar a guarda do patrimônio, prevenir perdas, evitar incêndios e acidentes, observar/identificar a entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlar o fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; acompanhar pessoas; fazer manutenções simples nos locais de trabalho.	
2.2.2. CARGO: CINEGRAFISTA LEGISLATIVO - CL - Código 202	No DE VAGAS: 01
REMUNERAÇÃO: R\$ 1.400,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.	
CARGA HORÁRIA: 40h	
REQUISITOS: Ensino Médio completo e conhecimentos técnicos na área de atuação	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: executar as atividades relativas aos registros de Imagem e Som/Áudio produzidos nas atividades parlamentares e outras institucionais da Câmara Municipal de Vereadores, através da captação de imagens através de câmeras de vídeo para a realização de produções televisivas, cinematográficas e multimídia, em diferentes gêneros e formatos; interpretar visualmente o roteiro; executar conceito fotográfico e organizar a produção de imagens; executar atividades de operação e uso dos equipamentos de gravação/filmagem; manipular equipamentos de áudio e vídeo/filmagem; dirigir e capturar imagens, ajustar câmera de vídeo/filmagem; criar enquadramentos e ou movimentos de câmeras; instruir auxiliares (iluminação, áudio e caboman); instruir posicionamento e ou enquadramento da imagem, dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado, e autorizado por chefia ou autoridade superior.	
2.2.3. CARGO: OPERADOR DE MÍDIA - OM - Código 203	No DE VAGAS: 01
REMUNERAÇÃO: R\$ 1.400,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.	
CARGA HORÁRIA: 40h	
REQUISITOS: Ensino Médio completo e conhecimentos técnicos na área de atuação.	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: operar diversos equipamentos de mídia - máquinas digitais, DVD, mesas de áudio e de vídeo, para registro e desempenho das atividades da Câmara de Vereadores; realizar edições linear e não linear de imagens e fotos da Câmara Municipal de Vereadores, atendendo a sua finalidade ou destinação; operacionalizar a geração de caracteres, efetuar a instalação, o manuseio e a comutação nas mídias info-eletrônicas disponíveis no Poder Legislativo; efetuar a montagem e a operação de equipamentos multimídia; responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos de mídia do Legislativo; dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado, e autorizado por chefia ou autoridade superior; realizar a edição de vídeos institucionais, matérias e programas da TV Câmara; executar outras atribuições afins.	
2.2.4. CARGO: RECEPCIONISTA LEGISLATIVO - RL - Código 204	No DE VAGAS: 02
REMUNERAÇÃO: R\$ 980,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.	
CARGA HORÁRIA: 40h	
REQUISITOS: Ensino Médio completo	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: recepcionar visitantes e munícipes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações ou encaminhá-los às pessoas ou setores procurados; atender ao público interno e externo prestando informações simples, anotando recados e efetuando encaminhamentos; controlar o acesso de visitantes nas dependências administrativas e dos gabinetes; registrar os visitantes atendidos, anotando dados pessoais para possibilitar o controle dos atendimentos diários; acompanhar os visitantes ou autoridades pelas dependências da Câmara, quando necessário; realizar atividades de protocolo e distribuição de documentos e correspondências recebidas pela Câmara; operar fotocopiadoras; organizar os documentos reproduzidos e os que lhes deram origem, conforme orientações repassadas, encaminhando-os aos interessados; auxiliar, quando necessário, na recepção de autoridades ou visitantes nas solenidades da Câmara Municipal; efetuar o atendimento de telefone tipo PABX, conectando as ligações com os ramais ou pessoas solicitadas; zelar pelo equipamento telefônico, comunicando defeito ao superior imediato, solicitando conserto e manutenção para assegurar o perfeito funcionamento do sistema de telefonia; impedir a utilização dos telefones da Câmara Municipal para solução de assuntos particulares; comunicar a companhia telefônica acerca de defeitos ocorridos; atender com cordialidade as chamadas telefônicas; realizar, quando solicitado e somente para assuntos do Poder Legislativo, chamadas telefônicas; manter atualizadas e sob sua guarda as listas telefônicas internas, externas e de outras localidades para facilitar a consulta; providenciar, mensalmente, relatório de todas as chamadas telefônicas realizadas, em formulário próprio contendo várias informações sobre a chamada, para arquivo da Secretaria da Câmara; receber e enviar fax; realizar outras tarefas administrativas e correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior.	
2.2.5. CARGO: TÉCNICO LEGISLATIVO - TL - Código 205	No DE VAGAS: 03
REMUNERAÇÃO: R\$ 980,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.	
CARGA HORÁRIA: 40h	
REQUISITOS: Ensino Médio completo	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: exercer trabalhos que envolvam a interpretação e aplicação das Leis e Normas Administrativas, redigir expediente administrativo, proceder à aquisição, guarda e distribuição de material; examinar processos, redigir pareceres e informações, redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, atas, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordem de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutos de decretos e outros; realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos, alterações de tributos, avaliações de imóveis e vantagens financeiras e descontos determinados por lei; realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem concorrência; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; fazer ou orientar levantamentos de bens patrimoniais; realizar trabalhos datilográficos; operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfimagem, de digitação e executar tarefas afins.	

2.3. CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 90,00 (noventa reais)

2.3.1. CARGO: CONTADOR LEGISLATIVO - CL - Código 301	No DE VAGAS: 02
---	------------------------

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.800,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.
CARGA HORÁRIA: 30h
REQUISITOS: Curso Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: executar funções contábeis complexas; efetuar empenhos, registros contábeis, balancetes, balanços; acompanhar a execução do orçamento, das dotações orçamentárias; emitir pareceres técnicos sobre projetos que tramitam nas comissões Técnicas legislativas; reunir informações para decisões em matéria de contabilidade; elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; escriturar ou orientar a escrituração de livros contábeis de escrituração cronológica ou sistemática; fazer levantamentos e organizar balanços e balancetes patrimoniais e financeiros; fazer revisão de balanço; efetuar perícias contábeis; participar de trabalhos de tomadas de contas dos responsáveis por bens ou valores da Câmara Municipal; assinar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial da Câmara; orientar o ponto de vista contábil, o levantamento dos bens patrimoniais da Câmara; realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras de contabilidade da Câmara Municipal; planejar modelos e fórmulas para o uso dos serviços de contabilidade; elaborar os relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentárias e outros exigidos pelos órgãos federais e estaduais; zelar pela aplicação das normas Contábeis, especialmente: Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), determinações do TCE/RN; elaborar projeções e análises sobre a capacidade de pagamento e endividamento da Câmara Municipal; prestar assessoria em procedimentos relativos a prestações de contas; controlar retenções, receitas e despesas; registrar a movimentação de recursos financeiros da administração de Pessoal e material; executar tarefas afins.

2.3.2. CARGO: CONTROLADOR INTERNO - CI - Código 302

No DE VAGAS: 01

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.800,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.
CARGA HORÁRIA: 30h
REQUISITOS: Curso Superior Completo em Ciências Contábeis, em Direito, em Economia, em Administração ou em Gestão Pública.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: proceder a avaliação da eficiência, eficácia e economicidade do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal; promover auditorias internas periódicas levantando os desvios, falhas e irregularidades e recomendando as medidas corretivas aplicáveis; revisar e orientar a adequação da estrutura administrativa do Poder Legislativo com vistas à racionalização do trabalho, objetivando o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais; supervisionar as medidas adotadas pelo Legislativo Local para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC 101/2000; realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Poder Legislativo Municipal; examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade; avaliar em que medida existe na Câmara Municipal um ambiente de controle em que os servidores estejam motivados para o cumprimento das normas ao invés de desprezá-las; notificar a autoridade responsável quando constatadas ilegalidades ou irregularidades na Administração do Legislativo local.

2.3.3. CARGO: JORNALISTA LEGISLATIVO - JL - Código 303

No DE VAGAS: 01

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.800,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.
CARGA HORÁRIA: 30h
REQUISITOS: Ensino Superior Completo em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: planejar e executar serviços de jornalismo; efetuar revisão de textos e matérias; manter atualizadas as informações entre setores; redigir notas e reportagens; atender a imprensa; coletar dados e encaminhar informações para os diversos veículos de comunicação; redigir matéria jornalística sobre a Câmara Municipal; efetuar cobertura jornalística de conferências, congressos, inaugurações, lançamentos, eventos esportivos e outros atos públicos; manter e alimentar o site institucional; produzir conteúdo para os veículos institucionais (rádio, revista e/ou jornal); realizar pesquisas de opinião pública; elaborar discursos para o Presidente da Câmara Municipal; revisar textos de documentos institucionais; apresentar programas televisivos ou radiofônicos da TV Câmara ou Rádio Câmara.

2.3.4. CARGO: PROCURADOR LEGISLATIVO - PL - Código 304

No DE VAGAS: 01

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.800,00 corresponde ao Vencimento Básico, podendo ser acrescido de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação.
CARGA HORÁRIA: 30h
REQUISITOS: Curso Superior Completo (bacharelado) em Direito e registro na Ordem dos Advogados do Brasil.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: promover a defesa jurídica dos interesses da Câmara Municipal em juízo e acompanhar o andamento dos processos judiciais; prestar assistência jurídica em áreas relacionadas à aplicação de leis, decretos e regulamentos, examinando processos específicos, emitindo pareceres e elaborando documentos jurídicos de interesse da Câmara Municipal; pesquisar, analisar e interpretar a legislação e regulamentos em vigor nas áreas legislativa, constitucional, fiscal e tributária, de recursos humanos e outras; examinar processos específicos, emitir pareceres e elaborar documentos jurídicos pertinentes; analisar e elaborar minutas de contratos, convênios, petições, contestação, réplicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica; pesquisar jurisprudência, doutrina e analogia; emitir parecer, de acordo com sua área de atuação sobre assunto de sua responsabilidade; prestar informação jurídica aos Vereadores, à administração da Câmara Municipal e Servidores, quando solicitado, desempenhar outras atividades específicas e correlatas.

2.4.A comprovação do atendimento aos requisitos exigidos para a investidura do cargo dar-se-á quando da posse do candidato.

3. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Do total de vagas destinadas a cada cargo, das que vierem a surgir ou das que forem criadas no prazo de validade do concurso, 20% serão providas na forma da Lei Federal no 7.853, de 24 de outubro de 1989, e do Decreto nº 3.298/99.

3.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadraram nas categorias discriminadas no Art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do Art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula no 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): "o portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concursos públicos, às vagas reservadas aos deficientes", observados os dispositivos da Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto no 6.949/2009.

3.3. O candidato com deficiência deverá declarar sua condição no ato da inscrição.

3.3.1. O candidato que não declarar sua condição de deficiente no ato da inscrição perderá o direito de concorrer às vagas destinadas aos candidatos com deficiência.

3.4. A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto no 3.298/99, participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5. O candidato que se declarar com deficiência, se classificado no concurso, figurará em lista específica e também na listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo de sua opção.

3.6. Os candidatos com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos com deficiência.

3.7. Antes da homologação do concurso, o candidato deverá submeter-se à equipe multiprofissional, nomeada pela Câmara Municipal de Currais Novos, composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como candidato com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência que possui realmente o habilita a concorrer às vagas reservadas para candidatos em tais condições.

3.7.1. O candidato convocado pela equipe multiprofissional deverá apresentar documento de identificação e laudo médico que ateste o tipo de deficiência em que se enquadra, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.7.2. A não-observância do disposto no item 3.7 e no subitem 3.7.1 acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos nessas condições.

3.7.3. O parecer da equipe multiprofissional terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente, ou não, e seu respectivo grau.

3.7.4. O candidato que não for considerado com deficiência pela Equipe Multiprofissional, nos termos do Decreto no 3.298/1999, e suas alterações, e da Súmula no 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, sendo convocado o próximo candidato com deficiência.

3.7.5. O não comparecimento à convocação supramencionada acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.8. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência.

3.9. A Compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante o estágio probatório, na forma estabelecida no § 2º do Art. 43 do Decreto no 3.298/99 e suas alterações.

3.9.1. O candidato com deficiência que, no decorrer do estágio probatório, apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.

3.10. As vagas definidas no item 3.1 que não forem providas por falta de candidatos com deficiência, por reprovação no concurso ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

3.11. A relação provisória dos candidatos com deficiência, nos termos do Art. 43 do Decreto nº 3.298/1999, e suas alterações, e da Súmula no 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), será divulgada no endereço eletrônico (www.comperve.ufrn.br), na data provável de 08 de março de 2017.

3.11.1. O candidato disporá, a partir da data de divulgação da relação citada no item anterior, das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do segundo dia para contestar a referida relação, no endereço eletrônico (www.comperve.ufrn.br). Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

3.12. A relação final dos candidatos que com deficiência, nos termos do Art. 43 do Decreto nº 3.298/1999, e suas alterações, e da Súmula no 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), será divulgada no endereço eletrônico (www.comperve.ufrn.br), na data provável de 16 de março de 2017.

4. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

4.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos:

a) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de

direitos políticos, nos termos do parágrafo primeiro, do Art. 12, da Constituição da República Federativa do Brasil;

b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, até a data de posse;

c) estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Comprovante de quitação com as obrigações militares;

e) ter nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo pretendido;

f) ter registro no órgão de classe, quando for o caso, conforme indicado neste Edital;

g) ter certidões negativas expedidas pelos distribuidores (cível e criminal) da Justiça Comum nas Comarcas em que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos e certidões negativas (cível e criminal) da Justiça Federal;

h) ter capacitação física e mental para o exercício do cargo, comprovadas por meio de Laudos Médicos;

i) apresentar atestado médico, nos casos de candidatos com deficiência física, declarando a deficiência que possui, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), e declarando ainda que esta é compatível com as atribuições do cargo.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

1. A inscrição do candidato implicará aceitação total e incondicional das disposições, normas e instruções constantes neste Edital e em quaisquer editais e normas complementares que vierem a ser publicados com vistas ao Concurso Público objeto deste Edital.

1. O candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital.

2. O candidato deverá preencher, obrigatoriamente, os campos referentes ao nome (sem abreviar o primeiro e o último nome), ao endereço, incluindo Código de Endereçamento Postal (CEP), ao documento de identificação (conforme item 5.11 deste Edital) e ao Cadastro de Pessoa Física (CPF).

1. Todas as informações prestadas pelo candidato, ao inscrever-se no Concurso, serão de sua inteira responsabilidade.

3. O candidato inscrito por outrem assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros que seu representante venha a cometer ao preencher o Formulário de Inscrição.

4. Terá sua inscrição cancelada e será eliminado do Concurso o candidato que usar dados de identificação de terceiros para realizar a sua inscrição.

5. Cada candidato terá direito apenas a uma inscrição válida por turno de aplicação da prova.

6. Para o candidato isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta.

7. A inscrição somente será validada mediante confirmação, pela Comperve, do pagamento efetuado.

1. Se o pagamento for efetuado por cheque sem o devido provimento de fundos, a Comperve cancelará a inscrição do candidato.

2. O simples agendamento e o respectivo demonstrativo não se constituem em documento comprobatório de pagamento do valor de inscrição.

3. O comprovante do depósito realizado nos caixas eletrônicos, por meio de envelope, não se constitui em documento comprobatório de pagamento do valor de inscrição.

4. As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após o período estabelecido na letra f do item 6.2 deste Edital não serão acatadas.

8. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Concurso, por conveniência da Administração.

1. Caso efetue pagamento correspondente a mais de uma inscrição, a(s) taxa(s) não será(ão) devolvida(s).

9. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição é intransferível.

10. Para efeito de inscrição, serão considerados documentos de identificação:

1. Carteira expedida pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e por órgãos fiscalizadores (ordens, conselhos, etc.);
2. Passaporte;
3. Certificado de Reservista;
4. Carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, tenham validade como identidade;
5. Carteira de Trabalho e Previdência Social;
6. Carteira Nacional de Habilitação.

1. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar sua opção por cargo, observado o disposto no Capítulo 2 deste Edital.

2. Após o envio eletrônico do Formulário de Inscrição, será proibido substituir a opção de cargo.

3. A Comperve não se responsabilizará pelo não recebimento de solicitação de inscrição via Internet por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4. O candidato com deficiência que precisar de condições diferenciadas e a candidata lactante que necessitar amamentar seu filho durante a realização das provas deverão

a) preencher, integralmente, o Requerimento de Atendimento Especial disponível no Formulário de Inscrição;

b) imprimir esse requerimento; e

c) entregá-lo ou enviá-lo via Sedex, endereçado à Comperve, situada na Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970, acompanhado de atestado médico com a descrição de sua necessidade.

5.14.1. O requerimento e o atestado médico referidos no item anterior deverão ser entregues nos dias úteis, no período de 23 de janeiro a 21 de fevereiro de 2017, no horário das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

5.14.2. A Comperve analisará cada requerimento e atenderá à solicitação de condições especiais para realização das provas obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.14.3. A condição diferenciada de que trata o item 5.14 será desconsiderada caso o pedido do requerente não seja efetuado no período estabelecido no subitem 5.14.1.

5.15. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança.

5.15.1. A candidata lactante que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.15.2. O tempo gasto pela lactante poderá ser compensado até o limite de uma hora.

5.16. O candidato travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL deverá

a) preencher, integralmente, o Requerimento de Atendimento Especial disponível no Formulário de Inscrição;

b) imprimir esse requerimento; e

c) entregá-lo ou enviá-lo via Sedex, endereçado à Comperve, situada na Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970, acompanhado de documentação que comprove sua identidade de gênero).

5.16.1. O requerimento e a documentação referidos no item anterior deverão ser entregues nos dias úteis, no período de 23 de janeiro a 21 de fevereiro de 2017, no horário das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

5.16.2. A Comperve analisará cada requerimento e atenderá à solicitação de utilização do nome social na realização das provas obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.17. As despesas decorrentes da participação em todas as provas, testes e demais procedimentos do concurso de que trata este Edital correrão por conta do candidato, o qual não terá direito a indenizações ou ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

6. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

6.1. A inscrição será feita, exclusivamente, via Internet, a partir das 8h00min do dia 23 de janeiro de 2017 até as 23h59min do dia 20 de fevereiro de 2017, observando o horário oficial local.

6.2. Para se inscrever, o candidato deverá observar os seguintes procedimentos:

1. acessar o endereço eletrônico da Comperve (www.comperve.ufrn.br), no qual estarão disponíveis o Edital e o Formulário de Inscrição;
2. preencher, integralmente, o Formulário de Inscrição de acordo com as instruções constantes nele;
3. enviar, eletronicamente, o Formulário de Inscrição, procedimento que irá gerar o seu número de inscrição;
4. imprimir o Comprovante de Pré-inscrição;
5. imprimir o boleto bancário para poder efetuar o pagamento da taxa de inscrição; e
6. efetuar o pagamento da taxa de inscrição no período de 23 de janeiro a 21 de fevereiro de 2017, no local indicado no boleto bancário.

6.2.1. O candidato que não cumprir, na íntegra, o estabelecido no item 6.2 não estará inscrito no Concurso.

6.3. Só será admitido o pagamento da taxa de inscrição no período referido na letra f do item 6.2.

7. DA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

7.1. O candidato devidamente inscrito poderá, a partir do dia 08 de março de 2017, acessar o site da Comperve para consultar sobre a validação da sua inscrição.

7.1.1. O candidato cuja inscrição não estiver validada deverá entregar, na sede da Comperve (Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970) ou enviar via e-mail (comperve@comperve.ufrn.br), até o dia 15 de março de 2017, cópia do comprovante de pagamento, realizado no período de 23 de janeiro a 21 de fevereiro de 2017, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, para que seja providenciada sua validação.

8. DAS PROVAS

8.1. Os candidatos ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG (código 101) farão provas, de caráter eliminatório e classificatório, de acordo com o quadro do subitem 8.1.1.

8.1.1. Quadro de Provas

PROVAS OBJETIVAS	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	20
Matemática	15

8.2. Os candidatos aos cargos de Agente de Portaria - AP (código 201) e de Recepcionista Legislativo - RL (código 204) farão provas, de caráter eliminatório e classificatório, de acordo com o quadro do subitem 8.2.1.

8.2.1. Quadro de Provas

PROVAS OBJETIVAS	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	15
Matemática	10
Informática	10

8.3. Os candidatos aos demais cargos de Nível Médio (códigos 202, 203 e 205) farão provas, de caráter eliminatório e classificatório, de acordo com o quadro do subitem 8.3.1.

8.3.1. Quadro de Provas

PROVAS OBJETIVAS	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	10
Conhecimentos Específicos	25

8.4. Os candidatos aos cargos de Nível Superior (códigos 301 a 304) farão provas, de caráter eliminatório e classificatório, de acordo com o quadro do subitem 8.4.1.

8.4.1. Quadro de Provas

PROVAS OBJETIVAS	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	10
Conhecimentos Específicos	25

8.6. As questões de múltipla escolha versarão sobre os conhecimentos específicos de cada prova, considerarão domínio de conteúdo e interpretação adequada de situações apresentadas para cada cargo, e cada uma delas terá quatro opções de resposta, das quais apenas uma será correta.

9. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

9.1. As provas serão aplicadas no dia 26 de março de 2017, no município de Currais Novos-RN.

9.1.1. As provas também poderão ser realizadas em outros municípios do Estado do Rio Grande do Norte, caso a demanda de inscritos no concurso ultrapasse a capacidade de locação de candidatos no município referido no item anterior.

9.1.2. Cada candidato disporá de, no máximo, 3 (três) horas para responder todas as provas e preencher a Folha de Respostas.

9.2. O local de realização das provas será divulgado no endereço eletrônico da Comperve (www.comperve.ufrn.br), a partir do dia 16 de março de 2017.

9.2.1. O candidato só poderá realizar as provas no local especificado pela Comperve.

9.2.2. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado no item 9.3 deste Edital, sendo recomendado o prévio reconhecimento do local de realização de provas.

9.3. O acesso à sala onde se realizarão as provas ocorrerá das 12h20min às 13h (horário oficial local).

9.3.1. O candidato que chegar após as 13h não terá acesso à sala de realização das provas e estará eliminado do Concurso.

9.3.2. Os portões do local de provas serão fechados, rigorosamente, às 13h, sendo recomendado ao candidato chegar ao local com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência para o fechamento dos portões.

9.4. Para ter acesso à sala de provas, o candidato deverá apresentar o original do mesmo documento de identificação utilizado na sua inscrição, salvo quando explicitamente autorizado pela Comperve.

9.4.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.

9.4.2. Não será aceita carteira de estudante, cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

9.5. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas munido de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

9.6. Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato portar arma, celular (ligado ou não), relógio de qualquer tipo, calculadora, câmera fotográfica ou qualquer outro tipo de aparelho eletrônico, óculos escuros, artigos de chapelaria (como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares), protetores auriculares, dicionário, apostila, livro, "dicas" ou qualquer outro material didático do mesmo gênero, corretivo líquido, lápis grafite ou lapiseira, borracha, marcador de texto, canetas de material não transparente, e outros.

9.6.1. Antes de entrar na sala de provas, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, telefone celular desligado ou quaisquer equipamentos eletrônicos, relacionados no item 9.6, também desligados, sob pena de ser eliminado do Processo Seletivo.

9.6.2. A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término de suas provas. A embalagem somente poderá ser deslacrada fora do local de realização das provas.

9.6.3. A Comperve recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no item 9.6 deste Edital no dia de realização das provas.

9.6.4. A Comperve poderá, durante a aplicação do Processo Seletivo, fazer uma vistoria rigorosa em qualquer candidato, inclusive utilizando detectores de metais.

9.6.5. A Comperve não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos durante a realização das provas.

9.7. O candidato receberá um Caderno de Provas, de acordo com o disposto no Capítulo 8, e uma Folha de Respostas.

9.8. Na primeira hora de aplicação das provas, o candidato será identificado por meio da coleta da impressão digital e deverá assinar a Folha de Respostas, a capa do Caderno de Provas e a Folha de Frequência.

9.9. Na Folha de Respostas, constarão, dentre outras informações, o nome do candidato, seu número de inscrição e o número do seu documento de identificação.

9.9.1. O candidato deverá verificar se os dados constantes na Folha de Respostas referida no Item 9.9 estão corretos e, se constatado algum erro, comunicá-lo imediatamente ao fiscal da sala.

9.9.2. O candidato terá inteira responsabilidade sobre sua Folha de Respostas e não deverá rasurá-la, dobrá-la, amassá-la ou danificá-la, pois esta não será substituída por esses motivos.

9.9.3. Na Folha de Respostas, o candidato deverá marcar, exclusivamente, a opção que julgar correta para cada questão, seguindo, rigorosamente, as orientações nela contidas e usando a caneta esferográfica na cor preta, fabricada em material transparente.

9.9.4. Não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim, deferida pela Comperve.

9.9.5. Questão sem marcação ou com mais de uma marcação será considerada nula.

9.10. O candidato que, por qualquer motivo, ausentar-se do prédio onde estiver realizando as provas não mais terá acesso ao referido local.

9.11. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização por, no mínimo, uma hora, após o início das provas, sob pena de eliminação do concurso.

9.12. A inobservância do item anterior acarretará a não correção da prova e, conseqüentemente, a eliminação do candidato do Concurso.

9.13. Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas,

- a) for surpreendido fornecendo e/ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) for surpreendido portando celular, relógio de qualquer tipo, gravador, receptor, máquina de calcular, câmera fotográfica, pager, notebook e/ou equipamento similar, ligados ou não;
- c) atentar contra a disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para supervisionar, coordenar, fiscalizar ou orientar a aplicação das provas;
- d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo estabelecido;
- e) afastar-se da sala, a não ser em caráter definitivo, sem o acompanhamento de fiscal;
- f) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando Folha de Respostas ou Caderno de Provas;
- g) descumprir as instruções contidas no Caderno de Provas ou na Folha de Respostas;
- h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- i) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso.

9.14. Ao retirar-se definitivamente da sala de provas, o candidato deverá entregar ao fiscal o Caderno de Provas e a Folha de Respostas.

9.15. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo ou aos critérios de avaliação e de classificação.

9.16. A Comperve manterá um marcador de tempo em cada sala de aplicação de provas para fins de acompanhamento pelos candidatos.

9.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova em razão do afastamento de candidato da sala de provas, salvo a situação prevista no subitem 5.15.2 deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

10.1. As Folhas de Respostas das Provas Objetivas serão corrigidas por sistema eletrônico de computação.

10.2. Para cada cargo, a soma das notas das Provas Objetivas valerá, no máximo, 10 (dez) pontos.

10.2.1. Para cada cargo, cada questão válida terá igual valor, independente do número de Provas Objetivas.

10.3. O cálculo da Nota de cada Prova Objetiva será comum às provas de todos os candidatos para um mesmo cargo, e a Nota será o produto entre o número de acertos e o valor de cada questão válida.

10.3.1. O valor da Nota da Prova Objetiva será arredondado para 4 casas decimais.

10.4. Será eliminado do Concurso, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que

- 1. não obtiver, no mínimo, o número de acertos correspondente a 50% das questões válidas em cada Prova Objetiva;
- 2. preencher a Folha de Respostas com lápis grafite (ou lapiseira);
- 3. burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste Edital;
- 4. comunicar-se com outros candidatos ou qualquer pessoa estranha ao Concurso Público durante a aplicação das provas; ou
- 5. tiver cometido falsidade ideológica com prova documental.

10.4.1. A inexistência das afirmativas ou a falsidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente à realização do Concurso Público, implicarão na eliminação sumária do candidato, ressalvado o direito de ampla defesa, sendo declarados nulos, de pleno direito, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.

10.5. A Nota Final (NF) para os candidatos não eliminados será o produto entre o número de acertos nas Provas Objetivas e o valor de cada questão válida.

10.6. O valor da Nota Final será arredondado para duas casas decimais.

10.7. O preenchimento das vagas, por cargo, dar-se-á por meio de processo classificatório, obedecendo à ordem decrescente das Notas Finais, dos candidatos que se submeterem a todas as provas referentes ao cargo e forem considerados aptos, segundo os critérios estabelecidos pelos itens 9.13 e 10.4 deste Edital.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE DA NOTA FINAL

11.1. Ocorrendo empate na Nota Final (NF) entre os candidatos, serão utilizados os critérios de desempate especificados nos subitens 11.1.1 e 11.1.2.

11.1.1. Idade igual ou superior a 60 anos, conforme estabelece o artigo 27, parágrafo único, da Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.

11.1.2. Na hipótese de não haver candidato na condição supracitada, o desempate se dará, por cargo, conforme o especificado a seguir:

11.1.2.1. Para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG (código 101):

- a) maior pontuação na Prova de Língua Portuguesa;
- b) maior pontuação na Prova de Matemática;
- c) comprovar o exercício efetivo da função de jurado, conforme artigo 440 da Lei 11.689, de 9 de julho de 2008;
- d) maior idade.

11.1.2.2. Para os cargos de Agente de Portaria - AP (código 201) e de Recepcionista Legislativo - RL (código 204):

- a) maior pontuação na Prova de Língua Portuguesa;
- b) maior pontuação na Prova de Informática;
- c) maior pontuação na Prova de Matemática;
- d) comprovar o exercício efetivo da função de jurado, conforme artigo 440 da Lei 11.689, de 9 de julho de 2008;
- e) maior idade.

11.1.2.3. Para os cargos de Nível Médio (códigos 202, 203 e 205):

- a) maior pontuação na Prova de Conhecimentos Específicos;
- b) maior pontuação na Prova de Língua Portuguesa;
- c) comprovar o exercício efetivo da função de jurado, conforme artigo 440 da Lei 11.689, de 9 de julho de 2008;
- d) maior idade.

11.1.2.4. Para os cargos de Nível Superior (códigos 301 a 304):

- a) maior pontuação na Prova de Conhecimentos Específicos;
- b) maior pontuação na Prova de Língua Portuguesa;
- c) comprovar o exercício efetivo da função de jurado, conforme artigo 440 da Lei 11.689, de 9 de julho de 2008;
- d) maior idade.

12. DOS RECURSOS

12.1. Os Gabaritos Oficiais Preliminares das Provas Objetivas serão divulgados no endereço eletrônico da Comperve (www.comperve.ufrn.br), uma hora após o término da aplicação das provas.

12.2. O candidato que desejar interpor recurso contra os Gabaritos Oficiais Preliminares das Provas Objetivas poderá fazê-lo em até quarenta e oito horas contadas a partir da divulgação do Gabarito Oficial Preliminar, observando os seguintes procedimentos:

1. acessar o endereço eletrônico da Comperve (www.comperve.ufrn.br), no qual estará disponível o formulário de Requerimento Específico;
2. preencher, integralmente, o Requerimento de acordo com as instruções nele constantes;
3. enviar, eletronicamente, o Requerimento e imprimir o Comprovante de Solicitação.

12.2.1. O candidato deverá consultar, no endereço eletrônico da Comperve (www.comperve.ufrn.br), o dia que terá acesso ao Parecer da Banca de Revisão e ao Gabarito Oficial Definitivo.

12.2.2. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso do Gabarito Oficial Definitivo.

12.2.3. Se houver alteração de resposta do Gabarito Oficial Preliminar, esta valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

12.2.4. Na hipótese de alguma questão objetiva vir a ser anulada, o seu valor em pontos não será contabilizado em favor de nenhum candidato, e o restante das questões válidas assumirá, automaticamente, os 100% (cem por cento).

12.3. O candidato poderá acessar cópia de sua Folha de Respostas da Prova Objetiva, no endereço eletrônico da Comperve (www.comperve.ufrn.br), até setenta e duas horas após a divulgação do respectivo resultado.

12.4. Não serão aceitos recursos que:

- a) estiverem em desacordo com as especificações contidas neste capítulo;
- b) estiverem fora do prazo estabelecido;
- c) não apresentem argumentação coerente com a questão a que se referem;
- d) se relacionem a preenchimento incompleto, equivocado ou incorreto da Folha de Respostas;
- e) se configurem em desrespeito à banca de elaboração, à Comperve ou a quaisquer outros indivíduos ou instituições envolvidos neste Concurso.

12.5. A Comperve divulgará os nomes dos membros das bancas elaboradora e examinadora do Processo Seletivo por um período de 3 (três) dias, após a conclusão de todas as etapas do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O concurso será válido por 2 (dois) anos, podendo ser prorrogável ou não uma única vez por igual período a critério da Administração Municipal.

13.1.1. O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público junto à Comperve, por meio do telefone (843342-2280) ou via Internet, no endereço eletrônico (www.comperve.ufrn.br).

13.2. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público no Diário Oficial da Femurn – Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte e no endereço eletrônico (www.comperve.ufrn.br).

13.3. O candidato habilitado será convocado para nomeação, rigorosamente, de acordo com a classificação obtida, considerando-se as vagas existentes ou que venham a existir para o cargo ao qual concorreu no Quadro Permanente da Câmara Municipal de Currais Novos-RN.

13.4. O candidato classificado será convocado para nomeação por correspondência direta para o endereço constante no Formulário de Inscrição e por publicação no Diário Oficial da Femurn – Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, obrigando-se a declarar, por escrito, se aceita ou não tomar posse no cargo que concorreu.

13.5. O não pronunciamento do convocado no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação, permitirá à Câmara Municipal de Currais Novos convocar o próximo candidato habilitado.

13.6. Para fins de possível convocação, o candidato habilitado será responsável pela correção e atualização de endereço e telefones na Comperve, durante a vigência do Concurso Público e na Câmara Municipal de Currais Novos-RN, após a sua homologação.

13.7. Os documentos que comprovem os requisitos básicos para investidura no cargo serão exigidos por ocasião do provimento das vagas, no ato da posse.

13.8. O candidato convocado e nomeado deverá apresentar, para efeito de posse, os seguintes documentos:

1. Documentos originais:
 1. Declaração de Acumulação de Cargos;
 2. Declaração de Bens e Valores;
 3. Exame de Saúde Adicional Ocupacional realizado por profissional ou Clínica competente;
 4. Uma fotografia 3x4;
 5. Número da conta corrente da Caixa Econômica Federal;
 6. Preenchimento de Ficha Cadastral da Câmara Municipal de Currais Novos-RN.
 1. Fotocópia de Documentos (juntamente com os originais) ou Cópia autenticada:
 1. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 2. Número de PIS/PASEP devidamente registrado;
 3. Cédula de Identidade;
 4. Certidão de Nascimento ou de Casamento;
 5. Certidão de Nascimento de filhos e dependentes;
 6. Comprovante de quitação com as obrigações militares;
 7. Comprovante de Habilitação Profissional/Escolaridade;
 8. Título Eleitoral juntamente com comprovante de quitação eleitoral;
 9. Carteira de Trabalho (folhas de Número);
 10. Comprovante de Residência (boleto de Água, Luz, Telefone, etc.);
 11. Registro no Conselho Competente, para os cargos exigidos no Edital de Abertura do Concurso, com anuidade atualizada.

13.11. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação da nomeação, no Diário Oficial da FEMURN – Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte.

13.11.1. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer nesse prazo, permitindo à Câmara Municipal de Currais Novos-RN convocar o próximo candidato aprovado.

13.12. O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse, é de até 30 (trinta) dias úteis.

13.12.1. O servidor será exonerado do cargo se não entrar em exercício nesse prazo, permitindo à Câmara Municipal de Currais Novos-RN convocar o próximo candidato aprovado.

13.13. A classificação no Concurso Público não assegura ao candidato aprovado o direito ao ingresso automático no cargo, mas a expectativa de nele ser admitido, seguindo a ordem de classificação. A concretização desse ato fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes e ao interesse, juízo e conveniência da Administração da Câmara Municipal de Currais Novos.

13.14. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei 12.525, de 18 de novembro de 2011.

13.15. O candidato que desejar corrigir os dados cadastrais fornecidos durante o processo de inscrição deverá encaminhar requerimento que justifique sua solicitação e contenha cópia dos documentos comprobatórios dos dados corretos.

13.15.1. O requerimento de correção de dados cadastrais poderá ser enviado via e-mail (comperve@comperve.ufrn.br), ou entregue na sede da Comperve (Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970).

13.16. O candidato que desejar corrigir sua data de nascimento deverá encaminhar requerimento que explique sua solicitação e contenha cópia dos documentos comprobatórios dos dados corretos.

13.16.1. O requerimento de correção da data de nascimento poderá ser enviado via e-mail (comperve@comperve.ufrn.br), ou entregue na sede da Comperve (Avenida Senador Salgado Filho, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59078-970), até 48 horas após a data de realização da prova específica.

13.17. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento ao local de realização das provas no dia e horários determinados implicará na eliminação automática do candidato.

13.18. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a Comperve poderá entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado nos relatórios de turma e de aplicação.

13.19. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não forem consumados a providência ou o evento que lhe disserem respeito, até a data de realização das provas, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado e amplamente divulgado.

13.20. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

13.21. Com base no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, a Comperve reserva-se o direito de manter todo o material relativo ao concurso arquivado por 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da divulgação do resultado final e, após esse prazo, de reciclá-lo.

13.22. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão analisados pela Comperve e encaminhados, se necessário, à Prefeitura Municipal de Currais Novos, em particular à Comissão Especial Supervisora do Concurso Público.

Currais Novos (RN), 20 de dezembro de 2016.

JOSEFA MARIA DA SILVA MOURA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

ANEXO 1 – CRONOGRAMA

Eventos	Período
Inscrições	De 23 de janeiro a 20 de fevereiro de 2017
Pagamento da taxa de inscrição	De 23 de janeiro a 21 de fevereiro de 2017
Solicitação de condição diferenciada para realização da prova	De 23 de janeiro a 21 de fevereiro de 2017
Divulgação das inscrições validadas	Na data provável de 08 de março de 2017
Divulgação da relação provisória dos candidatos com deficiência	Na data provável de 08 de março de 2017
Divulgação dos locais de realização das provas	Na data provável de 16 de março de 2017
Divulgação da relação final dos candidatos com deficiência	Na data provável de 16 de março de 2017
Realização das Provas Objetivas	Na data provável de 26 de março de 2017
Interposição de recursos contra o Gabarito Oficial Preliminar da Prova Objetiva	Quarenta e oito horas contadas a partir da divulgação do Gabarito Oficial Preliminar
Divulgação do Resultado das Provas Objetivas (Gabarito Oficial Definitivo)	Na data provável de 28 de março de 2017
Consulta das cópias das Folhas de Respostas da Prova Objetiva	Setenta e duas horas após a divulgação do respectivo resultado
Resultado Final	Na data provável de 12 de abril de 2017

Publicado por:
JOÃO BATISTA BEZERRA
Código Identificador: 69D7762A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

GABINETE DA PRESIDENCIA
PORTARIA Nº 003 /2016, 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN, no uso das suas atribuições legais

RESOLVE:

CONCEDER, a (o) servidor(a) MARIA APARECIDA DE ARAÚJO, matrícula funcional nº 003, ocupante do cargo de Tesoureira, portador do CPF nº 420.979.084-20, Suprimento de Fundos no valor de R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

Atividade	Classificação econômica	Valor
2.001 - Funcionamento da Câmara Municipal	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	R\$ 500,00 (Quinhentos reais)
2.001 - Funcionamento da Câmara Municipal	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.	R\$ 500,00 (Quinhentos reais)
2.001 - Funcionamento da Câmara Municipal	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.	R\$ 500,00 (Quinhentos reais)

O Prazo para aplicação deverá ser de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da emissão da ordem bancária, devendo a prestação de contas ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, após o término da aplicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Iron Lucas de Oliveira Júnior

Presidente

Publicado por:
VANESSA NERI DE OLIVEIRA
Código Identificador: 4E57D61B

Expediente:
Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte - FECAMRN

BIÊNIO 2015/2016

Emídio Pereira dos Santos Junior - Diretor Executivo em Exercício da Presidência

- 1º Vice – Presidente:
- 2º Vice – Presidente:
- 3º Vice - Presidente:
- 4º Vice – Presidente:
- 5º Vice – Presidente:
- 1º Secretário: Prefeito
- 2º Secretário: Prefeito
- 1º Tesoureiro: Prefeito
- 2º Tesoureiro: Prefeita

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Fiscal:
Conselheiro Fiscal:
Conselheiro Fiscal:

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Conselheiro Fiscal:
Conselheiro Fiscal:
Conselheiro Fiscal:

O Diário Oficial das Câmaras municipais do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.